

Dentro da normalidade

VERIFICA-SE a virtual transferência da negociação da dívida externa para o próximo Governo. O fato ocorre sem qualquer turbulência e a situação presente em nada se assemelha ao quadro de 1983. Naquele ano, o Banco Central teve que promover a mais rigorosa centralização das operações cambiais, pagamentos foram adiados e surgiram grandes dificuldades no atendimento aos compromissos inadiáveis.

DEPOIS da fase crítica, o Brasil cumpriu integralmente o acerto formado com os banqueiros. Tivemos em 1984 superávit recorde na balança comercial. No fim do exercício, não só havíamos reconstituído as reservas no exterior como estas atingiam cifra sem precedentes: quase US\$ 12 bilhões.

À FIM de assegurar plena tranquilidade às presentes negociações, fixou-se esquema provisório de amortizações a vigorar no primeiro bimestre. Evidenciada a impossibilidade de conclusão de novo acordo neste prazo, está ele automaticamente prorrogado, abrangendo os primeiros quatro meses do ano. Deste modo, até 31 de maio as linhas de crédito comercial e interbancário ficam inalteradas. Quer isto dizer que o intercâmbio de mercadorias e servi-

ços não será prejudicado de nenhuma forma.

OS OBSTÁCULOS ao acordo têm índole diversa. De um lado, os bancos ainda não se dispuseram a aceitar o período durante o qual se adiam as amortizações do principal. Também continuam sob impasse as taxas propostas pelas autoridades brasileiras. Sabe-se que os maiores bancos não se opõem às nossas pretensões. Contudo, é grande o número de organizações participantes dos empréstimos, requerendo entendimentos prolongados e complexos.

POR outro lado, na avaliação das metas fixadas pelo atual Governo para 1985, o Fundo Monetário Internacional, que atua como avalista junto aos bancos privados, considera excessivo o déficit público e irrealista a taxa de inflação. No primeiro semestre, o déficit público ascenderia a Cr\$ 70 trilhões (em torno de US\$ 20 bilhões) e a inflação prevista é de 125% ao longo de todo o ano.

AS DIVERGÊNCIAS apontadas certamente serão enfrentadas de maneira serena pelo futuro Governo. Tancredo Neves fez saber, em mais de uma oportunidade, que se empenhará decididamente na contenção dos gastos públicos e no controle da inflação.

Não há mesmo outra questão que mais sensibilize a consciência nacional.

NOS SEUS pronunciamentos, o futuro Presidente procurou dar toda cobertura aos negociadores brasileiros, por ser tarefa do atual Governo. Além disso, durante a visita à Europa e aos Estados Unidos ratificou seu propósito de cumprir o acordo que viesse a ser negociado. O fato de que esse desfecho não se tenha concretizado não deve obscurecer a inequívoca demonstração de boa vontade das diversas partes envolvidas. A equipe no poder enviou todos os esforços no sentido de deixar a questão plenamente solucionada e, por sua vez, em todas as ocasiões que se apresentaram, o futuro Presidente sempre estimulou as atuais autoridades no sentido de completarem a tarefa.

O IMPORTANTE é que tenha prevalecido no País a compreensão de que a dívida externa terá sua magnitude reduzida na medida que alcancemos a retomada do crescimento econômico. Será guiado por esse princípio que — dispondo de reservas cambiais e credibilidade junto aos principais credores — o novo Governo retomará a negociação para levá-la a bom termo.